



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006619-04.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**
Requerente: **Mauro Ribeiro de Oliveira**
Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Discute-se nos autos sobre a existência – ou não – de dívida em desfavor do autor, cuja quitação ela sustenta ter ocorrido.

A ré em contestação ressaltou a inadimplência do autor para com ela, referente a um instrumento de confissão de dívida de parcelamento de débito no qual o autor somente honrou com o pagamento das duas primeiras parcelas.

Estabelecida a controvérsia, reputo que não assiste razão ao autor.

Isso porque ele para comprovar sua versão ofereceu os documentos dos fls. 48, 58/62 e 74/91, mas eles não permitem convicção segura de que se referiam às prestações em pauta.

É preciso notar a propósito que a ré impugnou esses documentos, asseverando que eles não diziam respeito às parcelas do instrumento de fl. 29/30.

Seus argumentos são relevantes.

Nesse sentido, o autor não logrou esclarecer o pagamento correspondente ao instrumento de protesto de fl. 02, cuja sua responsabilidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

refuta.

Como se não bastasse, não impugnou o instrumento de confissão de dívida apresentado pela ré, o que conduz à presunção de que ele realmente foi pactuado sem qualquer vício, porque do contrário obviamente isso seria comunicado

O panorama traçado conduz à improcedência da ação, à míngua de comprovação bastante de que sucedeu o pagamento invocado pelo autor, ou que ele não tivesse responsabilidade no instrumento de confissão de dívida pactuado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Revogo a decisão de fls. 03/04, item 1, oficiando-se.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**